

SER A VISÃO DO OUTRO: INCLUSÃO DE PESSOAS COM BAIXA VISÃO NO ENSINO SUPERIOR

Elitis Suzana da Silva Costa¹
Rosane Rodrigues Lima²
Hildete Pereira dos Anjos³

RESUMO

O presente trabalho relata as ações de extensão com discentes deficientes visuais, matriculados nos cursos de graduação da UFPA, no Campus de Marabá. Socializa experiências vivenciadas por bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), do ponto de vista dos bolsistas e de um dos educandos assistidos pelo projeto. Expõe as atividades relacionadas aos bolsistas de extensão, que vão desde a seleção, treinamento, recebimento do material didático dos alunos, adaptação dos textos, ao trabalho dos ledores. Do ponto de vista metodológico, a tecnologia se faz presente nessas atividades com o uso de computadores e *softwares* como o TextAloud, que propicia transformar textos de formato documento em áudio. Os resultados apontam um trabalho conjunto que tem ajudado na formação dos bolsistas e na adaptação de material para os alunos com deficiência visual.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência visual, ensino superior; inclusão; acessibilidade.

ABSTRACT

This paper describes the extension actions with students visually impaired, and another students of Social Science, Law, Pedagogy and Mathematics, in the Campus of Marabá. The report socializes experiences of Fellows Scholarship Program Extension (PIBEX), from the point of view of fellows and students attended by project. Exposes the activities related to scholarship extension, ranging from selection, training, receipt of textbooks students, adaptation of texts, the work of “ledores”. From the methodological point of view, the technology is present in activities with the use of computers and software like TextAloud that provides that transforms typed texts in sound. The results show that working together has helped in the training of students and in the adaptation of materials for students with visual impairments.

Key-words: Visually impaired, higher education; inclusion; accessibility

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as atividades voltadas para o atendimento educacional especializado de alunos em situações de deficiência incluídos no ensino superior, através do trabalho do Núcleo de Educação Especial (NEES) do Campus de Marabá/UFPA. O

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática na UFPA e bolsista do PIBEX – e-mail: elitissusu@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras (Português) e bolsista do PIBEX – e-mail: zanyrodrigues@hotmail.com

³ Coordenadora do Núcleo de Educação Especial da Faculdade de Educação/Campus de Marabá

esforço de socializar o que vem sendo desenvolvido na inclusão de acadêmicos deficientes visuais no ensino superior pode contribuir para outras experiências nascentes nesse campo, mostrando como esse atendimento contribui para seu desempenho no ambiente acadêmico, possibilitando reduzir as restrições que sofrem tais alunos no acesso ao conhecimento.

O NEES faz parte da estrutura do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação/Marabá e tem como objetivo articular o ensino, pesquisa e extensão referentes ao atendimento educacional de pessoas com deficiência. Para contribuir na luta por garantia de atendimento especializado e inclusão no ensino superior, o NEES conta com a participação de bolsistas, professores, voluntários e atualmente oferece suporte a quatro alunos deficientes visuais, matriculados nos cursos de Ciências Sociais, Pedagogia, Direito e Matemática.

Essa participação na luta pela garantia de direitos se embasa em algumas concepções acerca da deficiência, que passamos a discutir. Diniz (2007) aborda a necessidade de mudança no olhar para a deficiência e, portanto, nas políticas voltadas para as pessoas nessa situação. Algumas delas remetem à discriminação, ao isolamento e a opressão a esse grupo de pessoas que tem estado, sempre, na mira do preconceito. Segundo Diniz, (op. cit., p.19) “as alternativas para romper com o ciclo de segregação e opressão não deveriam ser buscadas nos recursos biomédicos, mas especialmente na ação política capaz de denunciar a ideologia que oprima os deficientes”. Outro ponto pertinente que a autora menciona são as negociações políticas que para ela, devem se basear em “um novo conceito de deficiência como instrumento de justiça social, e não somente como questão familiar ou individual” (p.11). Bem se vê que a deficiência é tratada de forma injusta, deixa-se muitas vezes a cargo da família a maior parte da responsabilidade, com poucas intervenções do Estado em relação a melhorias básicas para facilitar o acesso aos serviços e recursos especializados em educação do deficiente no que tange às suas perdas ou limitações de oportunidades.

As iniciativas denominadas no conjunto de “processos inclusivos” pretendem reduzir essas disparidades. Tais práticas estão aos poucos chegando a essa parcela da população que muitas vezes pobres, carecem de atendimento especializado, os quais necessitam ser criados a partir da especificidade de cada aluno, como esclarece Caiado: “Entendo que os alunos deficientes precisam de condições efetivas e especiais para atender às suas necessidades educativas especiais. Caso contrário, onde estaria o “especial” da educação?” (2003, p.16). O objetivo deste artigo é socializar, então, as ações embrionárias do NEES nesse esforço de ir desenhando um acompanhamento ao aluno de ensino superior com deficiência visual, o qual

já trilhou um longo caminho de enfrentamento das limitações do ensino público e construiu estratégias de acesso à informação e à participação no mundo, estratégias essas que pode, generosamente, partilhar conosco.

O TRABALHO DE ATENDIMENTO COTIDIANO

As atividades desenvolvidas no NEES se deram a partir de leituras, organização de textos, transcrições, assessoramento, digitalização e tratamento dos textos, os quais, dependendo do material utilizado, eram concluídos de acordo com o prazo estabelecido pelos discentes com deficiência visual que enfrentavam uma luta diária para realizarem seus estudos com bom desempenho e êxito. Nesse aspecto, o trabalho era desenvolvido visando à necessidade específica de cada aluno com cegueira ou baixa visão. Foram usados programas (como o *TextAloud*) que propiciaram transformar textos de formato documento em áudio, dando ao aluno a oportunidade de ouvir de modo independente suas leituras.

Após o recebimento dos livros e apostilas dos discentes, esses materiais passavam por digitalização, cópia das imagens para Word, correção de erros, observando se estava de acordo com o descrito no livro ou apostila; em seguida o texto era copiado no programa *TextAloud*, que é um utilitário que converte textos em áudio, na voz mecânica denominada “Raquel”.

A adaptação dos textos através da transcrição e tratamento permite sua impressão em Braille, garantindo também o acesso direto do aluno cego. Com o auxílio do *scanner* e de programas que permitem reconhecer o texto em documentos de imagens, digitalizávamos livros e materiais apostilados, salvando-os em Word e logo após fazendo a conversão para áudio. A partir de então, iniciava-se a transcrição, a qual se dá por meio de correção de palavras que o *scanner* não reconhecia em sua leitura, de modo que não se alterasse o sentido do texto a ser analisado. As adaptações foram feitas com a ajuda do *TextAloud* (o qual transforma textos de formato documento em áudio).

A transformação de textos para áudio possibilitava ao deficiente visual ouvir seus respectivos textos e, dependendo da necessidade de cada atividade acadêmica e dos professores, isso tornava possível o estudo individualizado. Quando o material era extenso, os textos eram divididos entre as bolsistas para adiantar no prazo da entrega, sendo eles ramificados ou na íntegra, porque o aluno planejava sua hora de estudo de acordo com a entrega dos textos e isso exigia responsabilidade e pontualidade. Por isso, quando todo o

material não estava pronto, parte dele era entregue para que o aluno estudasse em seu computador e não se atrasasse em suas aulas.

Como sempre havia muitos textos para estudar, a ajuda por parte das bolsistas como leitoras ajudava, pois no *TextAloud* com o sintetizador de voz, ouve-se o texto sem a entonação necessária. Nesses casos, o deficiente visual tendia a optar pelo auxílio das bolsistas como leitoras, como complemento. Essa atividade agilizava o acesso aos livros didáticos e informações que contribuiriam na formação profissional dos alunos em questão. O leitor não se confunde com o leitor, que nesse caso é a pessoa cega ou com baixa visão:

Como voluntário, empresta sua voz, contudo, a entoação é essencial para uma boa leitura, cuja voz tem que ter altura média, bem como outros pequenos detalhes, como os sinais de pontuação, as aspas, as notas de rodapé, todos esses elementos são importantes para expressar qualquer significado no texto e a sua compreensão por parte do ouvinte, ou melhor, do leitor cego, o qual escuta as leituras feitas em voz alta (SILVA, 2008, p.2).

De acordo com Silva, “o leitor diz respeito à pessoa que lê para a outra que não enxerga, muitas vezes ele faz pausas para discutir o assunto ou apenas lê” (2008, p.2). Essa discussão do assunto exige um conhecimento mínimo dos conteúdos, já que o leitor não apenas reproduz sons, os transmite.

Ainda em relação à tecnologia disponível para a realização da leitura pelos cegos, os *softwares* de voz, que funcionam com leitores digitais, propiciam uma auto-suficiência para o cego nas interações com o texto. Todavia, a voz humana imprime sensibilidade, calor e emoção às mensagens. Uma estudante cega de um curso de pós-graduação chamou-me atenção num depoimento em sala de aula, ao relatar que tendo feito sua monografia totalmente por meio digital ouvindo a voz impessoal dos sintetizadores, ficou muito emocionada e chorou quando, após a conclusão e revisão do texto, “ouve” o texto na voz de um amigo (SILVA, 2008, p.6).

Os educandos deficientes visuais solicitavam que se fizesse companhia no estudo dos textos; percebemos que o processo de aprendizagem através de áudio tornava-se por vezes rotineiro e cansativo. Ressaltamos que, em alguns casos, recebíamos o material didático com pouca antecedência ou no mesmo dia da atividade, por isso não conseguimos adaptá-lo em tempo hábil. Por causa disso, nos tornamos leitores, buscando fazer com que o estudo fosse mais agradável e compreensível.

Dentre as atividades de bolsista no NEES estava, além do atendimento diário no núcleo (de quatro horas por dia), no qual foram realizadas as atividades já descritas, a participação em atividades de formação e organização de eventos. Nesse período, destacam-se

a participação num curso de formação com professores da rede municipal de ensino, ministrada pela professora Francisca Cerqueira cujo tema foi “Bimodalismo na Educação dos Surdos”, na ocasião foram socializadas muitas experiências em sala de aula com alunos deficientes auditivos. Contribuímos na organização de um Seminário sobre Deficiência Mental, coordenado pela turma de Pedagogia 2009, o que permitiu nos apropriar também de questões referentes a uma área em que ainda não nos é demandado contribuir, mas que ajuda a compreender a questão da deficiência como um todo. A organização da V Jornada de Educação Especial e Inclusão, ocorrida em dezembro de 2013, também levou à aprendizagem dos processos de organização de eventos, a transcrição e organização de textos oriundos de palestrantes que são pesquisadores de referência nacional em educação especial. Isso ajudou a nos aproximar de uma rede conceitual em debate no campo da pesquisa e trazê-los para nossas atividades de extensão.

DO PONTO DE VISTA DO DISCENTE ATENDIDO

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é um dos desafios que aos poucos se conquista, potencializa as interações entre alunos com deficiência e alunos denominados “normais”, já que a convivência faz parte desse aprendizado, contudo é importante ressaltar que não é fácil a eliminação das barreiras. Estão sendo construídos, aos poucos, meios para atender o público com deficiência em espaços apropriados, núcleos especializados, os quais devem incluir e disponibilizar o acesso necessário tanto em suportes para adaptações, leituras, transcrições e a hora da conversa; interação voltada para troca de experiência, ou melhor, construção do saber em conjunto. As leis do país estabelecem o direito à educação comum a todas as pessoas, através de uma educação inclusiva, em escola de ensino regular, como forma de assegurar o mais plenamente possível a cidadania das pessoas em situação de deficiência (BRASIL, 1988, 1996, 2010).

Tentando contribuir na concretização dessas disposições legais, dentro dos limites de um projeto de extensão, nós nos esforçávamos para entregar o material adaptado aos educandos deficientes visuais dentro do prazo que os possibilitassem o estudo para suas atividades; em alguns casos levávamos os textos para corrigir em casa e a pedido dos alunos enviávamos para seus e-mails para agilizar. Claro que tivemos algumas dificuldades de nos adaptar ao trabalho no início, mas os próprios educandos nos ajudaram a superar. O relato do aluno N., deficiente visual e aluno de Ciências Sociais desde 2009, apontava outras dificuldades:

Eu, como aluno do curso de Ciências Sociais, acredito que é importante a presença dos bolsistas que estão no Núcleo. Percebo que eles têm dificuldade por não ter conhecimento da área, além do mais os equipamentos que tem disponível para desenvolver as atividades que são: escaneamento de textos, adaptação e formatação dos textos estão ultrapassados. Os computadores são antigos, demoram processar os dados e às vezes travam. E ocorre que os bolsistas ficam impossibilitados de adaptar o material em tempo ágil pra que o aluno possa está levando os textos para casa. Além do mais os professores não tem o cuidado de estar passando os textos antecipadamente, alguns passam os textos antecipados, mas são grifados e riscados e o trabalho é mais pesado para os bolsistas, pois os mesmos terão que escanear e depois corrigir e fazer outra correção. Eu, como acadêmico de Ciências Sociais, tenho muitos textos, tive alguns prejuízos, pois os textos não chegavam em dias por esse motivo. Não culpo os bolsistas, mas sim os equipamentos, o processo que é lento de adaptação destes textos (trecho de entrevista).

O trabalho era de aprendizagem mútua, porque o aluno trazia para a Universidade seus saberes técnicos, adquiridos durante toda a formação, ajudava na escolha de *softwares*, de equipamentos, fazia a crítica de seu funcionamento. Eles sentiam o núcleo como sua responsabilidade também, e contribuía muito na aprendizagem de bolsistas e pesquisadores.

Sempre senti nos bolsistas a boa vontade e compreensão, inclusive alguns liam os textos para mim quando não dava tempo de adaptar, Eles que fazem a história, que estão ali nos acompanhando e conhecem nossas necessidades e são pessoas amigáveis e bem dinâmicas. Eu, como aluno da UFPA e faço parte do núcleo, até agora tenho me dado muito bem com os bolsistas, são pessoas ótimas e procuro sempre ajudá-los no que posso, estou contribuindo mesmo não tendo visão, para que possam estar desenvolvendo um trabalho que possa me ajudar e a eles também. Então o trabalho é de ambas as partes, tanto minha com deficiência visual, quanto deles bolsistas, que também são acadêmicos dos cursos da universidade (trecho de entrevista).

As atividades no NEES, fornecendo materiais adaptados e acompanhamento de alunos cegos ou com baixa visão em seu trajeto dentro da universidade, buscavam articular ensino, pesquisa e extensão com a ampliação do acesso à informação e ao mundo cultural, fundamental para a permanência com sucesso desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito de inicio, nossa perspectiva é de que uma ação política capaz de denunciar a ideologia que oprima os deficientes também precisa trazer um novo conceito de deficiência, situando-a muito mais na sociedade do que no indivíduo. As ações do NEES tem sido um esforço de tratar as deficiências que tema universidade em lidar com as pessoas cegas e com baixa visão, sabendo que esse é só um embrião das iniciativas que o ensino superior público

precisa assumir para prover, de fato, acessibilidade. Na nossa experiência, o quadro reduzido de discentes nessas condições permite um acompanhamento mais de acordo com suas necessidades. Não temos dúvida, no entanto, que será necessário muito mais do que um projeto de extensão para dar conta de um atendimento especializado no sentido específico do termo. O trabalho do NEES pretende apenas apontar as possibilidades desse atendimento no ensino superior em nossa região, e o faz se articulando com as iniciativas da rede municipal e estadual, já mais experientes do que no âmbito federal.

Nossas ações de extensão no campo da deficiência não pretendem se configurar num processo de ajuda, e sim de aprendizagem mútua, uma vez que nos assumimos como deficientes na compreensão da deficiência e nos modos de lidar com ela, e nos colocamos no diálogo direto com aqueles que vivem essa situação cotidianamente. Aprender sobre as especificidades de sua aprendizagem é aprender sobre os processos humanos de aprender, de modo geral. Produzir, numa atividade extensionista, jeitos novos de se chegar à informação, proporciona também, a cegos e videntes, novas formas de analisar essa informação e colocá-la a serviço de um processo formativo, no qual estamos todos envolvidos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Hildete Pereira. Núcleo de Educação Especial/UFPA/Marabá: A universidade se inclui nos debates da deficiência. In CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3, 2008, São Carlos. *Livro de Programas e Resumos*. São Carlos: UFSCar, 2008. P. 133-133.

_____. *et al.* Deficiência e acesso ao ensino superior: uma experiência de aprendizagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 4, 2009. *Anais...*Dourados-MS: UFMS, 2009. 1 CD.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

_____. *Lei nº 9.394/96. de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 20 de agosto de 2012.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 05 de setembro de 2012.

_____. *Portal do MEC*. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 4 de Setembro 2012.

CAIADO, Kátia R. Moreno. *O aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos*, Campinas: Autores Associados, 2003.

DINIZ, Débora. *O que é a deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos, 324).

SILVA, Luciene. *Subjetividades mediadas: as relações entre leitores cegos e leitores*, 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 03 de Set.2012.